



A BATALHA



ANTIGO ÓRGÃO
DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO I — QUARTA SÉRIE — N.º 11
1 DE MARÇO DE 1975 — QUINZENÁRIO — 4\$00

COLECTIVIZAÇÃO DA TERRA

Editorial

Embora a queda do fascismo coincida com uma crise à escala mundial e ainda que por isso as nossas condições de vida não tenham melhorado, devemos pôr em análise a actual conjuntura para avaliarmos se há um processo revolucionário em curso, como se produz, e se existe qual a sua extensão e se é mesmo uma via original para o socialismo.

A derrocada do corporativismo daria inevitavelmente amplidão às reivindicações dos trabalhadores e acabaria também por produzir profundos abalos nas empresas que viviam dos favores do Estado, talvez a ruína de explorações de estrutura arcaica e também a hostilidade concertada das potências económicas. Aqui começa a parcela da crise que deriva da débil estrutura económica do país.

O domínio das circunstâncias implicaria reformas de fundo, opções muito concretas que as forças políticas que se coligaram com as FA não tinham possibilidade de concertar no hibridismo da coligação, e é neste contexto que as lutas políticas passaram a dominar, e em vez das soluções que dariam conteúdo ao processo revolucionário tomou por vezes o carácter de escalada de posições em alardes de exaltada demagogia. As soluções para a emergência económica, as opções firmes foram preteridas por legislações que abriram sérias sequelas de crise, como a lei da greve e das associações sindicais, apesar de acidentada decorrência, correspondem a posições que convinham para afiançarem como rampas de lançamento.

Embora os trabalhadores se tenham movimentado e tomado decisões com um sentido concreto, revolucionário por consequência, opera em grande parte desarmado da sua força sindical que continua em jogo, assinalando o vácuo no espaço que o sindicalismo, alma e expressão dos trabalhadores, ainda não conseguiu ocupar, e cujo desenvolvimento tem sido frenado na mesma escalada que o procura utilizar na sua pobreza orgânica e por vezes reivindicativa.

Esta posição subalterna dos trabalhadores não garante com certeza uma via autêntica para o socialismo e deixa que o destino revolucionário possa ser decidido em termos de bonapartismo ou de novos totalitarismos quer de direita quer oculto em falsas roupagens de esquerda.

Uma via socialista, não em termos de escalada, terá que ter em conta uma circunstância que nunca deixou de condicionar a nossa evolução social e política: o isolamento e a realidade geográfica do país bem como a presente debilidade sindical, sem estrutura e união, que não pode garantir a parte efectiva dos trabalhadores

(Continua na página 8)



**A NACIONALIZAÇÃO E DIVISÃO DAS TERRAS
SÃO SOLUÇÕES BURGUESAS E CONTRA-REVOLUCIONÁRIAS**

SINDICATOS & PARTIDOS

É preciso que os trabalhadores e os revolucionários que aspiram à realização da justiça e da igualdade (não há igualdade sem justiça, nem justiça sem igualdade) estejam em guarda contra a influência e a política dos partidos, por prometedora que seja o seu programa e lisonjeadoras as suas promessas. Relia eu há pouco o que Lênine escreveu antes do golpe de Estado de Outubro

de 1917, no seu livro «O Estado e a Revolução». O futuro ditador afirmava que pretendia a destruição do Estado e dizia, repetidas vezes: «enquanto existir o Estado não haverá liberdade; quando a liberdade for um facto é porque terá desaparecido o Estado». Em consequência, devia procurar-se o desaparecimento do Estado o mais depressa possível; quando muito conservar-se momentanea-

mente, simplificando-se a tal ponto que simples trabalhadores o pudessem administrar por turnos. Porém, quando no Congresso do Partido Comunista Russo de Março de 1921, Alexandra Kollontai, «leader» da Oposição Operária no seio desse mesmo Partido, reclamava a convocação dum Congresso de produtores para orientar devidamente a produção, a fim de tirar a Rússia da miséria em que estava a afundar-se, por incapacidade do partido bolchevista, Lênine respondeu, mentirosa e depreciativamente, dizendo que os proletários eram incapazes de assumir tais responsabilidades.

E com o pretexto desta incapacidade o Partido destruiu as cooperativas ou, mais exactamente, apoderou-se delas e burocratizou-as; o mesmo tinha feito aos sindicatos, aos comités de empresa e aos sovietes de que o partido governante se apoderara, convertendo-os em órgãos passivos do poder governamental.

Esta evolução, que estava em contradição com o anteriormente prometido, era lógica e inevitável e sê-lo-á sempre. Todo o partido político aspira a governar, e apoderar-se do poder pela força ou por habilidade. E

uma vez dono do poder, pretende exercê-lo, dirigindo autoritariamente toda a vida económica, política, cultural e social, impondo os seus conceitos à nação que domina.

Por isto, os partidos não podem compreender que se tenha constituído uma corrente sindicalista libertária, cuja doutrina consiste na organização da sociedade sem governo (o que não significa sem método nem coordenação) e sem usurpadores dos meios de produção, meios que devem ou deveriam pertencer à colectividade para seu benefício. Os partidos mais autoritários, sobretudo, não podem admiti-lo. Se o trabalho fosse organizado pelos trabalhadores (a produção industrial pelos produtores industriais e suas organizações, a produção agrária pelos agricultores e suas colectividades federadas, os serviços públicos pelos técnicos e operários especializados agrupados para as funções que devem cumprir) para que serviriam os partidos?

Este conceito das coisas corresponde ao do sindicalismo transformador e ao do cooperativismo e é o único racional, em que os meios utilizados correspondem aos fins procurados. Proudhon preconizava a

auto-organização (que não é apenas o que hoje se denomina autogestão) e fazia desta auto-organização um todo coerente, que será sempre preferível à burocracia e ao funcionalismo profissional, cujo parasitismo aparece na história como uma das maiores calamidades que os povos têm suportado.

Decerto! Não se trata de impor duma só vez esta estruturação da sociedade; porém, deve empreender-se por etapas sucessivas, quer na indústria, quer na agricultura, quer noutras actividades, através das modificações possíveis, as quais requerem capacidade técnica, uma grande força moral e a abnegação consequente. Muitas coisas são possíveis se se souber actuar com as qualidades necessárias. Evitando os erros técnicos, históricos, psicológicos e, sobretudo! não fazendo o jogo dos ditadores de direita ou de esquerda, novos progressos são possíveis em Portugal, onde a sociabilidade abre caminho a realizações humanas superiores.

Gaston Leval

Gaston Leval, filho dum revolucionário da Comuna de Paris, nasceu em 1895. Cedou-se tornou militante anarco-sindicalista e se relacionou com camaradas da C.N.T. espanhola. Foi na qualidade de delegado desta última organização que participou em Moscovo no Congresso constitutivo da Internacional Sindical Vermelha, em 1921. Informado da atiliva situação em que se achavam muitos libertários russos conseguiu, sob disfarce feminino, penetrar na prisão Boutirky e conversar com Voline a fim de se inteirar dos factos e poder responder às calúnias forjadas pelas autoridades bolchevistas. Com outros sindicalistas estrangeiros conseguiu ser recebido por Lênine e Trotsky obtendo a libertação duma dezena de anarquistas que viram a prisão comutada em banimento perpétuo (Voline, Yartchouk, Maximov, Mratchny, Feodorov, Feldman, Mikhailov, Gorelik, loudine e Vorobiev). Luta ingente contra a duplicidade das autoridades «soviéticas» e que não alcançou a libertação de muitas dezenas doutros militantes das garras da Tchekal

Leval esteve em Espanha durante a Guerra Civil e, em livros e artigos numerosos, testemunhou das notáveis realizações libertárias no sector republicano.

Há cerca de vinte anos publica os «Cahiers de l'Humanisme Libertaire», revista mensal doutrinária que propugna um socialismo anti-autoritário e uma ética humanista «sem a qual qualquer doutrina, mesmo libertária, só poderia causar novos males e infortúnios».

Desejando manifestar-nos o seu regozijo e apoio pelo reaparecimento de «A Batalha» enviou-nos o artigo que temos o prazer de publicar, esperando poder dar brevemente a conhecer outros trabalhos seus.

O termo sindicato operário significava primitivamente uma organização de produtores para a melhoria das suas condições económicas e sociais. Mas o impulso do sindicalismo revolucionário deu a esse sentido primitivo um significado mais amplo e mais profundo. Da mesma forma que o partido é, por assim dizer, uma organização identificada a um esforço definido no seio do Estado constitucional moderno, que procura manter, duma forma ou doutra, a presente ordem da sociedade, assim segundo o ponto de vista sindicalista os sindicatos são a organização unificada do trabalho e têm como finalidade a defesa dos trabalhadores no seio da sociedade actual e a preparação prática da reconstrução da vida social a caminho do socialismo. Antes do mais têm uma dupla missão:

1. — Reforçar as reivindicações dos produtores para salvaguarda e melhoria do seu nível de vida.

2. — Informar os trabalhadores do ordenamento técnico da produção e da vida económica em geral e prepará-los para tomarem em suas mãos o aparelho socio-económico e dirigi-lo segundo os princípios socialistas.

Os anarco-sindicalistas pensam que os partidos políticos não estão aptos a cumprir essas

duas tarefas. Segundo a sua concepção, o sindicato deve ser a ponta-de-lança do movimento operário, endurecido pelos combates quotidianos e penetrado pelo espírito socialista. Os trabalhadores podem mostrar a sua plena força sobretudo no domínio económico, pois é a sua actividade como produtores que mantém toda a estrutura social e garante a existência da sociedade. Só como produtor e criador da riqueza social, o trabalhador se torna consciente da sua força. Em união solidária com os seus companheiros, cria essa grande falange do trabalho militante, animada de um espírito de liberdade e de um ideal de justiça social.

Para os anarco-sindicalistas os sindicatos operários são os germes mais frutuosa duma sociedade futura, a escola elementar do socialismo. Toda a nova estrutura social cria por

si própria órgãos no corpo da velha organização; sem essa necessidade, toda a evolução social é impensável. Para eles, a educação socialista não significa a participação no poder político do Estado, e sim o esforço de esclarecer os trabalhadores sobre as conexões intrínsecas dos problemas sociais, a instrução técnica e o desenvolvimento das suas capacidades administrativas, preparando-os para o seu papel de reconstrutores da vida económica e dando-lhes a segurança moral requerida pelo cumprimento da sua tarefa. Nenhum organismo social está melhor apetrechado para esse fim do que a organização económica de combate dos trabalhadores — esta dá uma direcção clara às suas actividades sociais e tempera a sua resistência no combate imediato pelas necessidades da vida e na defesa dos direitos

humanos. Ao mesmo tempo desenvolve as suas concepções éticas sem as quais nenhuma transformação social é possível; a solidariedade essencial com os seus camaradas e a responsabilidade moral das suas acções.

Essencialmente porque o trabalho educativo dos anarco-sindicalistas é dirigido no sentido do desenvolvimento dum pensamento e duma acção independentes, eles são os adversários declarados de todas as tendências centralistas que são bem características da maior parte dos partidos operários actuais.

O centralismo, esquema artificial que opera do cimo para a base e entrega os assuntos de administração a uma pequena minoria, é sempre acompanhado de uma estéril rotina oficial; isso destrói a convicção individual, substitui a iniciativa pessoal por uma disciplina sem

vida e uma ossificação burocrática. Para o Estado, o centralismo é a forma apropriada de organização, pois tende para a maior uniformidade possível da vida social de forma a manter o equilíbrio político e social.

Mas para um movimento cuja existência depende da acção rápida em não importa que momento favorável e do pensamento independente dos seus membros, o centralismo é um flagelo que enfraquece o seu poder de decisão e reprime sistematicamente toda a iniciativa espontânea.

A organização do anarco-sindicalismo é baseada nos princípios do federalismo, numa combinação livre de baixo para cima, pondo o direito de auto-determinação de cada sindicato acima de tudo e reconhecendo somente o elemento orgânico de todos na base de interesses semelhantes e duma convicção comum. A sua organização é por consequência construída nas seguintes bases:

Os trabalhadores de cada localidade filiam-se nos sindicatos das suas profissões respectivas. Os sindicatos duma cidade ou de um distrito rural constituem-se em bolsas de trabalho que formam os centros de propaganda local, de educação e unem os trabalhadores como

(Continua na página 6)

O PAPEL DOS SINDICATOS NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

Director

EMÍDIO SANTANA

Propriedade da

COOPERATIVA EDITORA A BATALHA

Redacção e Administração

Rua Angelina Vidal, 17-2.º Esq.

LISBOA

Composição e impressão

Empresa do Jornal do Comércio, S.A.R.L.

Distribuição: Agência Portuguesa de Revistas

Rua Saraiva de Carvalho, 207

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

As assinaturas serão pagas, por vale do correio, cheque ou por moeda corrente, sendo os vales nominais dirigidos a

Cooperativa Editorial A BATALHA

Para Portugal e Ilhas Adjacentes:

10 números 35\$00

20 números 70\$00

Para o Estrangeiro:

10 números 50\$00

20 números 100\$00

Assinatura de apoio anual 150\$00

A BATALHA

Trabalhador, amigo de A Batalha!

No local de trabalho, no teu sindicato, onde vives, organiza grupos de amigos de A Batalha, que trabalhem pela sua difusão e propaganda.

Arranja novos assinantes, e novos sócios para a Cooperativa Editorial A Batalha.

Dirigir tudo para a nossa sede: Rua Angelina Vidal, 17-2.º-E.

A BATALHA

ESTÁ EM JOGO O SINDICALISMO

O corporativismo salazarista que constrangeu a sociedade portuguesa numa estrutura arcaica e resistiu a todas as solicitações do Mundo em transferir essa mesma estrutura. E logo que um movimento militar veio pôr fim a uma guerra que, para além de devorar todos os recursos, arrastava o sistema para a falência, os acontecimentos começaram a ultrapassar a hipótese duma simples mudança de Governo.

O processo revolucionário define-se a partir da adesão popular manifestada na rua, pela libertação dos sindicatos operários e a definição das suas reivindicações. Mas antes que os sindicatos sacudissem a mordida do jugo corporativo, em grande parte persistente, os trabalhadores souberam situar-se no campo da luta a partir do seu próprio ambiente: os locais de trabalho.

Não foi preciso doutrinação, nem guias, nem mestres. Ninguém lhes ensinou união e decisão e, marcando exactamente o sinal do processo revolucionário iniciado e irreversível, reclamaram os direitos postergados, salários e, sobretudo, um sentido político autêntico tomando em mãos a gestão das fábricas onde as empresas ou falhavam ou tentavam criar o caos económico.

Contudo, um desfasamento era evidente: a movimentação operária ultrapassava os sindicatos, actuava sem eles e as lutas ou as iniciativas autogestionárias derivavam genuinamente da solidariedade, do sentido da união, dum espírito criador de sentido socialista que resultava da própria acção.

O sindicalismo estava na ordem do dia. Os trabalhadores acorreram aos sindicatos, conquistaram-nos e, nessa hora, ao reconhecer que as suas limitações derivavam duma pulverização de base profissional que o corporativismo lhe marcara, deveria iniciar os trabalhos da sua reestruturação.

PARTIDOS E REFORMISMO EM LANÇAMENTO

Os problemas políticos, com a constituição do Governo provisório, a ascensão do MFA tornado base do processo político, a coligação partidária e a hipótese eleitoral, passaram a primeiro plano.

Os trabalhadores aceitando participar no jogo, desistiam imprudentemente de continuar a sua definição como força política por via dos seus sindicatos, e dum sindicalismo estruturado em toda a extensão, para firmar o seu processo revolucionário.

Os partidos passam a comandar o processo político. Agora são eles que numa marcada vocação reformista procuram desmontar a movimentação operária, classificando-a de reacção, de oportunista e irrealista, dividem as classes em luta, falando em unidade, como nos casos dos TAP, dos CTT, da Lisnave, e sem êxito no movimento do «Jornal do Comércio».

A Intersindical aparece estruturada e comandada por líderes, que por vezes desaparecem magicamente sem explicação, que são elos do comando político partidário sobre o sindicalismo. E servindo os interesses do PC vem ela mesmo pedir a lei da greve, uma inexplícita lei sindical, derivando toda a acção sindical para um apoio às políticas partidárias.

Enquanto a acção sindical paralisa sem iniciar a sua reestruturação, atemorizada pelos «sustos» de reacção jogados em oportunidades de política, e vai deixando falar em seu nome em formas que lhe são estranhas, os preços sobem incontroladamente, o desemprego acentua-se, estruturas empresariais fingem derrocar, outras obtêm mesmo regimes de auxílio parassitário e o salário mínimo nacional, ou os salários obtidos em convenções de trabalho ficam distantes do nível de custo de vida em ascensão.

A CRISE E A REACÇÃO SINDICAL

De cima, como os decretos do salazarismo, vem a lei da greve defendida intencionalmente pela Intersindical, e após ela a lei sindical. Há muita pressa em promulgá-la, e para tanto nalguns escassos dias, segundo os métodos do regime deposto, improvisam-se assembleias reduzidíssimas que decidem em nome de milhares de associados. Avolumam-se notícias, telegramas e apoios comandados.

Estavam e estão em jogo os destinos e a liberdade do sindicalismo e dos trabalhadores. Mas são os partidos que comandam a jogada. O PC apoiado na sua agência Intersindical procura com o trocadilho de unidade e unidade lançar a confusão, e assegurar-se do domínio sindical. A sua manifestação não é sindical, é política. Nela dominam bandeiras do partido, nela vai a UEC, e vão trabalhadores iludidos pelo sofisma da unidade. É um golpe para improvisar uma ascendência política que sabe não corresponder à sua real

implantação na opinião pública, mas como na teoria de Salazar, «o que parece é...».

Estaria seriamente ameaçado o sindicalismo arma dos trabalhadores, a sua liberdade, para triunfo da avidez governamentalista dos partidos «operários». Mas numa viragem que está na ordem natural do processo revolucionário que ultrapassa já coligações ou as múltiplas formas de governo que se aglutinam presentemente, as reacções sucedem-se: manifestações pela liberdade sindical, denúncia dos processos demagógicos do falso apoio à unidade, algumas significativas eleições sindicais principiam a travar o curso da manobra. A lei, mesmo em conselho de ministros desfigura-se e desfalece como jogada monopolista do PC — Intersindical. Não é tudo com certeza, mas é o suficiente para que todas as correntes sindicais de base se agrupem para defender a liberdade e a integridade do sindicalismo mistificadas com slogans que merecem ser analisados na sua farfalhada de embuste político.

SOCIALISMO E ECOLOGIA

O «LABEL» SINDICAL

Após decénios de corrida desenfreada à «produção pela produção» (isto é, pelo lucro), assiste-se hoje a uma tomada de consciência dos malefícios e irracionalidade do sistema capitalista, através da denúncia de toda a sorte de poluições,

de desperdícios e da baixa de qualidade generalizada dos produtos.

O texto que segue pode ser uma base interessante de reflexão sobre as possibilidades e responsabilidades do verdadeiro sindicalismo neste domínio, numa perspectiva de auto-gestão generalizada e de socialismo libertário. É seu autor o militante da CNT espanhola Juan Peiró, assassinado em 1942 pelas autoridades franquistas.

«Um dos mais importantes objectivos do sindicalismo-revolucionário — que infelizmente tem sido quase sempre negligenciado — é o da introdução do «label», desconhecido da grande massa dos trabalhadores apesar de ser, de facto, a expressão da sua responsabilidade colectiva.

«O «label» é o carimbo, a marca sindical, o visto que o proletariado imprime sobre os produtos por ele fabricados, para autenticar que estes foram elaborados por operários sindicalizados, sem fraude e sem matérias nocivas à saúde pública.

É evidente que o proletariado ocupa o primeiro lugar no mundo da produção. No entanto, vemos sobre os produtos a marca da fábrica, o «label» capitalista, e nunca a marca de fabricação que corresponde aos trabalhadores. Conscientes da sua responsabilidade social, estes últimos recusar-se-iam certamente a apor o seu «label» em produtos elaborados à base de matérias impróprias e a sancionar a fraude habitual nos pesos e medidas. É por essa razão que o capitalismo se oporá sempre a que a personalidade social do proletariado atinja a importância que lhe é devida no mundo da produção. Mas estas oposições não diminuí em nada a responsabilidade do Trabalho na adulteração, fraude ou nocividade dos produtos por ele manipulados.

Posto assim o problema, deduz-se que o proletariado terá o

NAVIDAD

A los compañeros españoles y portugueses

Navidad, Navidad...
Sin trabajo, sin pan y libertad,
que es, que vale?
Peor, muy mal, igual
que en Portugal el pueblo leal
está luchando, y su lucha
implacable y final
sigue...
hasta aplastar total
al tirano!
Navidad, Navidad,
ayer, hoy y mañana: Año Nuevo,
felicidad,
y fraternidad
entre los dos pueblos,
y los demás hermanos
en otro lado
de los Pirineos —
por una digna y honrada
humanidad!
Navidad, Navidad,
el mundo sin penas, sin esclavos,
y de bondad felicitada,
por pan y libertad luchando,
de nuestra Navidad — toda otra,
de amor y felicidad
humana!

P. C.

N. da R. — Da Bulgária chega-nos, embora com atraso, esta saudação natalícia em espanhol, que eloquentemente prova a comunhão e solidariedade existentes entre todos quantos no mundo amam a liberdade e por ela lutam. Por motivos óbvios assinalamos apenas as iniciais do nome do autor.

APELO DA SIA

Solidariedade internacional contra o neo-fascismo

Centenas de milhares de homens são presos, torturados, aprisionados, fuzilados, garrotados por toda a parte. A reacção exerce o terror em vários países. O Chile, Marrocos, Espanha, a Etiópia, entre outros, são teatro do drama do nosso tempo.

Julga-se um mundo evoluído nas sociedades em progresso, caminhando para uma melhoria constante do nível de vida e das relações entre as classes e os indivíduos. Mentira! As lutas mais ferozes desencadeiam a brutalidade dos instintos primitivos. Os que comandam as nações, os que constituem as castas dirigentes e possidentes não hesitam em perseguir e matar para defender os seus privilégios e perpetuar a fruição exclusiva dos bens da terra.

O fascismo mostra a sua hedionda face em muitos países. E na Itália, que foi seu berço, desenvolve a mesma «estratégia da tensão» que precedeu a tomada do poder por Mussolini.

As provocações contra os nossos camaradas são constantes. A luta desencadeada contra os anarquistas já fez inúmeras vítimas. O calvário do jovem camarada Giovanni Marini ilustra suficientemente a tragédia dos antifascistas italianos na confrontação com as forças políticas da extrema-direita, mais ou menos protegidas pelo Poder num país tradicionalmente dominado pela Igreja.

Em Espanha, os protestos levantados após o assassinato legal de Puig Antich, desencadearam uma nova vaga de prisões além das que se seguiram à execução do almirante Carrero Blanco. Já ocorreram 52 prisões de jovens anarquistas em Barcelona, 10 jovens marxistas-leninistas em Valença, além doutros acusados de pertencer à ETA no país basco espanhol.

Muitos jovens detidos de Barcelona já foram libertos, mas são bastante

conhecidos pela polícia, registados e vigiados, e serão presos logo que o Poder queira.

No Chile milhares de homens foram massacrados. Milhares deles estão condenados a prisão e a deportação. No Brasil o «esquadrão da morte» prossegue a sua sinistra tarefa, assassinando militantes da esquerda.

Perante tal emergência a solidariedade internacional anti-fascista deve agir. Não se pode consentir que tais práticas prossigam.

O Conselho Nacional da SIA, em nome da organização que representa, dirige-se a todos os homens para os quais «Liberdade» e «Direitos do Homem» tem significado. Dirige-se a todas as forças da esquerda, a quantos não cessam de combater a opressão, pedindo-lhes que unam os seus esforços aos nossos, por uma campanha internacional contra a repressão, aos métodos fascistas e policiais, advertindo as grandes centrais sindicais dos perigos do avanço do fascismo no mundo, reclamando de todos, acção e vigilância.

Faça a essas violências em tantos países é preciso reagir! É necessária a acção operária e anti-fascista para fazer fracassar a grande conspiração contra a liberdade para a qual a reacção mobiliza os seus sectários e mercenários.

Solidariedade para os perseguidos em Espanha, no Chile, na Grécia, onde a dignidade do homem, a justiça é amordaçada e perigo o futuro humano na noite negra dum neo-fascismo cada dia mais ameaçador.

Esperamos que o nosso apelo seja acolhido e que a acção solidária, a vigilância, desarmem as forças reacçãoárias dispostas a precipitar o Mundo na guerra e no fascismo para garantir os seus privilégios e interesses.

O Conselho Nacional da SIA

maior interesse em exercer o controle da produção própria, mas também como acto de aprovação e de garantia. A omissão desta função social dos trabalhadores, torna a sua acção sindical num facto egoísta de classe, desprovido da transcendência geral e pública de que o sindicalismo-revolucionário deve investir as classes privadas dos títulos e dos privilégios da burguesia.

O sindicalismo-revolucionário não deve somente obrar no interesse dos trabalhadores manuais. Ele deve fazê-lo igualmente no interesse de todos, tanto mais que o seu objectivo final — a transformação da sociedade — é profundamente revolucionário e que, para isso, lhe é necessário obter a simpatia e o acordo de todos aqueles que são oprimidos pelo sistema social actual, demonstrando praticamente o seu valor moral e público, longe dos exclusivismos de classe que não oferecem qualquer garantia no que toca à justiça social futura.

Notemos enfim que, ao abordar este tema, o fizemos com o fim de afirmar que se, graças à força demonstrada pelo sindicato, o proletariado conseguiu obrigar a burguesia a reconhecer a sua personalidade sindical e jurídica, este reconhecimento é no entanto limitado, pois em momento algum a sua personalidade foi plenamente reconhecida como um valor social, que seria o conteúdo da introdução do «label». Se este é o sinal de que os produtos foram fabricados por operários sindicalizados, e a garantia de que não contém qualquer fraude ou matéria nociva à saúde pública, o «label» pode também constituir o ponto de apoio da reivindicação do legítimo direito que tem o proletariado, de intervir plenamente na administração e direcção da produção».

JUAN PEIRÓ

in *Sindicalismo y Anarquismo*

COLECTIVIZAÇÃO: A TERRA PARA QUEM A TRABALHA

Num país pouco industrializado como o nosso, a agricultura é portanto uma actividade económica predominante, além de ser uma produção de bens de consumo imediato e, sobretudo, alimentares. As suas formas de exploração determinam em grande parte a ordem política.

Nem as revoluções liberais e republicanas alteraram as estruturas agrárias, e o predomínio dos proprietários agrários foi constante na conservação das mesmas estruturas.

O próprio fascismo, que noutros países foi a abertura do predomínio do grande capitalismo, em Portugal foi exactamente a garantia e a conservação do latifúndio, travando qualquer outra tendência de evolução económica.

Já nos derradeiros tempos do corporativismo, a crise da agricultura feria de morte o próprio regime, e exactamente quando a sociedade portuguesa tenta uma nova via de desenvolvi-

mento encontra-se logo com a crise agrária e os grandes conflitos da terra.

Se o mesmo aconteceu à República de 1910, que simplesmente se apagou com a repressão da luta dos nossos trabalhadores rurais, parece que hoje assume uma posição dilemática que importa enfrentar.

Se o 25 de Abril coincide com uma época de falhas agrícolas, nem por isso o problema em toda a sua extensão deixou de surgir impetuosamente. Mas logo que o Inverno se aproxima de novo, o problema avulta pela gravidade do desemprego dos rurais e a crise alimentar derivada duma agricultura totalmente em crise.

O Alentejo latifundiário, com a sua peculiar gravidade, aparece-nos abandonado, ora transformado em coutadas, ora deixado a dar o que a terra dá espontaneamente, mas sem que possa dar aos trabalhadores sequer o magro salário em troca do suor vertido à mingua de alimentos. É mesmo a desolação e a miséria, obra da vingança mesquinha do latifundiário, mas não só, também da sua incapacidade de gestão, de só saber explorar a terra à custa da maior miséria dos trabalhadores.

Então? Essa terra de que dependem as nossas necessidades alimentares e a vida dos camponeses há-de continuar inculta, abandonada mas sonegada pelos títulos de propriedade? O direito de propriedade pode sobrepor-se à sobrevivência do país? Pode e tem direito a condenar à miséria os que não partilham dessa posse mas têm a força, o trabalho, a técnica e, sobretudo, o direito de viver, e viver é possuir os bens naturais?

A aproximação das herdades pelos trabalhadores é a nova legalidade derivada da justiça social, é um imperativo da sobrevivência do país, da sua economia também. Será o Código Civil que o impede? Mas esse Código foi feito exactamente

sob o império do direito hegemónico do latifúndio.

Mas como se organizará a nova exploração agrária? Voltando ao tipo de soluções do liberalismo, a divisão das terras ou a venda pelo Estado dos bens fundiários? Seria a formação de novas classes possidentes e exploradoras.

Fala-se na nacionalização da terra. Por demais se insiste já em nacionalizações, forma de gestão parasitária que se adapta à protecção do cobrador de impostos.

Iremos ver sobrecarregar a exploração das herdades com o ordenado chorudo do delegado do Governo.

Perguntem ao trabalhador alentejano e ele dir-vos-á como. Ele opta pela socialização da terra, e a exploração colectiva das herdades pela colaboração entre rurais e técnicos, e nada mais.

Deixem os trabalhadores colectivizar as herdades e não lhes levem dogmas políticos. Deixem-nos trabalhar e aprender!



No canto superior esquerdo um guindastre. Porém, as casas dos pais das crianças que vivem neste (pátio de recreio) são de madeira e construídas sem cálculos nem técnicas, alheias a qualquer critério de urbanização.

CARTA DE ÉVORA

Não tenho conhecimento de que nesta área alentejana se tenha dado qualquer ocupação de casas, embora a sua falta se registre.

Mas quero então informar que algumas herdades têm sido ocupadas por grupos de agricultores.

Assim a Herdade do Pombal, pertença da Casa Duques de Cadaval, no concelho de Arraiolos, foi ocupada por um grupo de agricultores pertencentes à Liga dos Pequenos Agricultores (LPA), que perante a oposição do representante da Casa Cadaval foram, numa comissão da mesa da Liga, acompanhados das F. A., contactar os seus proprietários que terão ouvido à mesma tomada.

Pela mesma Liga foram ocupadas as Herdades Entre as Matas, na vila de Alcaçovas e propriedade de João Branco Nuncio, e a de Chaminé, em Vendas Novas. Estas herdades não eram cultivadas há anos, e de algum modo virá debelar a crise de trabalho no Alentejo.

Resta agora saber como será organizada a sua exploração. Comunidade entre trabalhadores ou a criação de novos capitalistas?

No passado domingo 2 do corrente o P. Socialista efectuou na Praça de Touros desta cidade um comício.

Como a unicidade sindical era um dos pontos fortes do mesmo comício como antigo militante sindical dirigi-me ao Dr. Lopes Cardoso, um dos mentores do Partido, manifestando-lhe que desejava falar sobre a unicidade com que não estava de acordo.

Julgava que atendendo à minha idade e experiência de militante, e ainda à liberdade defendida, que me fosse permitido fazer algumas considerações sobre o assunto. Respondeu-me que não podia ser por já estarem os oradores inscritos.

Era assim no regime salazarista. Onde está a liberdade? É essa a liberdade de expressão?

ELIAS MATIAS
(correspondente)

COMISSÕES DE MORADORES: ÚNICA PARA RESOLVER O PROBLEMA DA I

Junto do Estádio de Alvalade existe um dos muitos bairros de lata de Lisboa, o bairro da Quinta de Alvalade. Perto dele existe uma das muitas academias recreativas de Lisboa — a Academia Recreativa Joaquim Xavier Pinheiro —. Foi nessa academia e através do seu Grupo de Acção Cultural que um dia os moradores do Bairro se encontraram, discutiram e chegaram à conclusão que todos os seus problemas tinham que ser resolvidos em conjunto. Assim, elegeram uma Comissão de moradores.

Antes de transcrevermos as partes mais significativas das intervenções de um encontro entre a Comissão de moradores e aqueles que as elegeram, julgamos necessário lembrar que é dando autonomia à população para que esta resolva os problemas que mais directamente a apocentam que se está a construir o comunismo. Isto, porque a consciência de classe ga-

nha-se na luta diária contra a exploração — neste caso a habitacional — e o comunismo significa que os problemas são resolvidos pelos próprios explorados, através da Comissão eleita para os resolver. No campo da produção terá que existir a autogestão; porém como a vida comunitária não engloba só o aspecto económico mas também o cultural, habitacional, etc., a sociedade comunista só existirá quando em cada um destes campos, forem os interessados a movimentarem-se e a resolver os seus próprios problemas. Queremos com tudo isto dizer que não possuímos ilusões que o capitalismo se derruba com iniciativas deste género. O que sabemos é que são estas iniciativas que forjam a consciência revolucionária e que possibilitam a verdadeira revolução — contra o centralismo e o burocratismo, pelo comunismo.

★

A Comissão de Moradores — Sabemos que a falta de água é um problema que afflige todos, e por isso já estamos a trabalhar numa planta do Bairro para distribuímos os chafarizes o melhor possível. Partimos do princípio que os chafarizes não podem ficar à porta deste ou daquele, mas sim servir o maior número de moradores possível. Além disso temos o problema das fossas. Quem não tiver espaço para fazer uma fossa junto à casa, tem que se juntar com mais 3 ou 4 e fazerem uma fossa. E depois temos o problema da cal. A C.M. vai arranjar um sítio onde cada pessoa pode ir buscar a cal para a sua fossa. Isto é que é preciso fazer por causa das doenças.

Um morador — No meu sítio há dez fogos. Fica lá algum chafariz? [A C.M. diz que sim]. E tenho uma fossa no quintal.

Outro morador — Eu tenho de saber se fico ou não no Bairro, pois não vou gastar dinheiro em madeiras se amanhã sair. Penso que se ficamos devemos fazer um colecter e acabar com as fossas.

A C.M. — Sabemos que não vamos sair do Bairro brevemente. A solução é remdiar o que for mais urgente. Aproveito para dizer que para que isso seja feito é necessário que todos venham às reuniões para dar a sua opinião. O que acontece agora é que não vêm e ainda por cima criticam. Acho que podem e devem criticar, mas depois de virem à reunião. Voltando ao caso de sairmos ou não do Bairro, temos que ver que há barracas que estão nos terrenos do Sporting e por isso já pedimos uma planta dos terrenos do clube à Direcção. Há barracas que têm que sair e serem realojadas nos terrenos da C.M.L. e portanto agora não vamos comprar material ou fazer o colecter. Primeiro temos que ver quais os terrenos do

Bairro, depois aterramo-los e fazemos o colecter. Com as barracas é a mesma coisa.

Um morador — E se a chuva me cair dentro da barraca, posso arranjá-la? Fazer melhoramentos?

A C.M. — Tudo o que for melhoramentos pode-se fazer. Mudar telhas, barrote, etc., mas quero chamar a atenção que lá porque vocês mudam de telhado e têm um chafariz ao pé da porta, o problema não está resolvido. A luta tem sempre de continuar, por isso é necessário não abandonar estas reuniões semanais.

Intervenção do grupo A. Cultural — Quando andámos a fazer inquéritos todas as respostas foram de que queriam uma casa em condições. Mas como sabemos que só daqui a dois anos mais ou menos a teriam, pensou-se que era necessário agora melhorar as condições de habitação, ou seja, fazer chafarizes, esgotos, arranjar que um carteiro percorra o bairro, etc.

C.M. — Por se falar do carteiro a Junta da Freguesia do Lumiar tem dinheiro para se fazer uma pequena loja onde se venderão artigos de papeleria e outros ao preço do custo. Na casa vai ficar o marco do correio, biblioteca infantil e telefones. Pensamos também que nos devemos quotizar, por exemplo, 10\$00 mensais, para se comprar uma televisão e arranjar as torneiras.

Um morador — E sobre a escola? Como está o caso?

A C.M. — Nós em fins de Dezembro fomos à escola José Estêvão, onde anda a maioria das crianças, e vimos que ela está a cair aos bocados. A directora já fez nove officios para a C.M.L. mas ela diz que não tem dinheiro. Além disso o prédio alugado à Fundação José Estêvão há 50 anos, que durante todo este tempo nunca fez obras. Por a escola estar a cair aos bocados fizemos uma reunião de pais — que nomeou comissão — e tratou-se de tirar de lá as crianças. Depois fomos à procura de uma casa que servisse para a escola, e pensou-se numa casa pré-fabricada, que ficaria na Av. Rainha D. Amélia. Até porque isto já estava nos planos da E.P.U.L., mas só daqui a 2 ou 3 anos.

(Sobre a escola pensou-se no asilo (abandonado) de D. Pedro V que pertence a um conde. A Comissão de Pais foi à C.M.L. mas esta nada resolveu.)

Um morador — Por falar em crianças, eu não percebo muito bem o que são as tardes infantis.

Grupo de Acção Cultural — São as tardes que nós organizamos e onde as crianças pintam ou fazem coisas de barro. Nós quando fomos fazer a propaganda das tardes infantis explicámos o que eram e que todas as crianças deviam vir, mas alguns pais disseram-nos que os filhos eram muito pequenos para brincar. Mas não faze-



Ao fundo os «arranha-céus»; aqui as «casas» onde vivem trabalhadores. Isto é a sociedade capitalista.

OFICINAS

O SINDICATO DOS QUÍMICOS NOVAMENTE EM FOCO

Novamente voltaram a ocorrer sérios acontecimentos no Sindicato dos Químicos e novamente o Ministério do Trabalho faz a sua intromissão decidindo sobre os seus destinos, sobre matéria da única competência sindical.

Esta sequência faz admitir que os filiados e, segundo as declarações da direcção demitida por despacho governativo, elementos estranhos à classe, que praticaram desactos e desrespeitaram as normas sindicais utilizando processos condenáveis, contam com protecções estranhas.

Julgamos indispensável delimitar-se que na verdade a liberdade sindical não é efémera, nem é postergada por portarias, como sucedia no anterior regime, e que os seus problemas internos, mesmo que sejam da fundamental gravidade do que ocorreu na Assembleia dos Químicos, são da competência do Sindicato e se por qualquer razão não consegue resolvê-los, que peça o concurso doutros sindicatos, de organismos fede-

rativos, mas nunca, nunca e por nunca ser, seja o Ministério do Trabalho ou qualquer organismo do Estado que se arroguem essa missão utilizando poderes de decisão.

Como nos casos anteriormente ocorridos, é estranho ou significativo o silêncio da Intersindical, não vindo defender o foro sindical da intromissão estadual.

O Sindicato Operário das Indústrias Químicas de Lisboa publicou o seguinte manifesto, que transcrevemos:

Sr. Ministro do Trabalho,

Ao tomar conhecimento do Despacho de 6/2/1975 da Direcção do Sindicato Operário das Indústrias Químicas de Lisboa apreciou-o em reunião e fez saber a V. Ex.ª a sua posição sobre a questão.

A Direcção do Sindicato é uma direcção democraticamente eleita e com tradições de luta em defesa da classe operária já durante o fascismo. A Direcção do Sindicato não é antifascista de 26 de Abril, já o era no dia 24. Por isso, é de cabeça erguida que se dirige a todos os que hoje lhe pretendem dar lições de democracia ou que, por razões políticas hoje claras para toda a gente, a atiram para o saco da «reação».

A direcção sempre respeitou a democracia interna do Sindicato, e nunca provocou distúrbios em assembleias. Por outro lado, sempre os operários têm dado o seu apoio à Direcção. Isto é a democracia interna do nosso Sindicato: decisão livre por parte dos seus membros e direcção livremente aceite por maioria. A quem não convém a democracia? Aos oportunistas que, encontrando-se em minoria, recorrem a golpes, à violência contra os operários nas assembleias, para alcançarem os seus fins. E já do conhecimento público que o partido cunhalista tem vindo a agredir e a caluniar repetidamente dirigentes do nosso Sindicato (o único que teve a honra de ser atacado no congresso cunhalista) a provocar distúrbios em assembleias, e ultimamente pretendem tomar de assalto a sede do nosso Sindicato. Julgamo-nos pois no direito de exigir ao sr. Ministro do Trabalho do Governo Provisório, uma resposta clara e inequívoca à seguinte questão: neste País proclamado democrático, os sindicatos estarão a saque dos factos do sr. Cunhal da «brigada Brejnev» (como eles próprios se apresentaram em frente da sede, no Campo de Santana, entoando o «Avante Camaradas!») ou terão os sindicatos direito a decidir democraticamente sobre si mesmos?

Quando a esta questão, a posição da Direcção do Sindicato é bem clara: não são as provocações orquestradas pelo partido cunhalista que roubam à Direcção democraticamente eleita a sua legitimidade. Porém, o sr. Ministro do Trabalho toma uma bizarra atitude. Perante as provocações da «brigada Brejnev», o sr. Ministro resolve ser «imparcial», isto é, resolve deitar por terra a democracia interna do nosso Sindicato e pôr em pé de igualdade a Direcção democraticamente eleita e a minoria terrorista fora da lei!!! É esta a democracia sindical que o 25 de Abril nos trouxe? Quando o sr. Ministro, no seu despacho, se refere a «grupos» que têm solicitado a intervenção do Ministério do Trabalho no sentido de assegurar o cumprimento das regras democráticas, o sr. Ministro sabe perfeitamente que não são «grupos» mas sim, dum lado a Direcção democraticamente

pelo partido cunhalista que roubam à Direcção democraticamente eleita a sua legitimidade.

Porém, o sr. Ministro do Trabalho toma uma bizarra atitude. Perante as provocações da «brigada Brejnev», o sr. Ministro resolve ser «imparcial», isto é, resolve deitar por terra a democracia interna do nosso Sindicato e pôr em pé de igualdade a Direcção democraticamente eleita e a minoria terrorista fora da lei!!! É esta a democracia sindical que o 25 de Abril nos trouxe?

Quando o sr. Ministro, no seu despacho, se refere a «grupos» que têm solicitado a intervenção do Ministério do Trabalho no sentido de assegurar o cumprimento das regras democráticas, o sr. Ministro sabe perfeitamente que não são «grupos» mas sim, dum lado a Direcção democraticamente

(Continua na página 6)

ANTOLOGIA

«Hesito perante o socialismo de Estado, por isso mesmo que sou democrata; prefiro o socialismo cooperativista. Desejo a socialização dos meios de produção e de troca; realizada, porém, não tanto pelo Estado como pelas cooperativas... Esta maneira de socializar (como imediatamente se perceberá) é uma simples aplicação dos princípios da Democracia, e respeita a iniciativa e a liberdade dos trabalhadores.»

António Sérgio
Ensaios, Tomo VII

«Sou antilestatista, eu. Não peço, portanto, o socialismo de Estado. «Socialização sem estatismo» tem sido, por isso, a minha fórmula.»

António Sérgio
Ensaios, Tomo VII

OS OPERÁRIOS DA SOUSABREU EM AUTOGESTÃO HÁ CINCO MESES

Os trabalhadores da Sousabreu publicaram um manifesto em que explanam os seus problemas e a sua experiência.

Dele extraímos o que contém de significativo como testemunho de luta e de confiança nas suas decisões, no seu poder organizado e experiência, dando-o a conhecer aos outros trabalhadores.

A SOUSABREU é uma fábrica do ramo têxtil situada em Guimarães tendo sido como dono único o capitalista Abreu. A fábrica é velha e com péssimas condições de trabalho (humida, fria, disciplina dura). A exploração era opressiva: ritmos e horários de trabalho excessivos (48 horas em 5 dias desde 1964); os salários de fome (cerca de 800-900 em 1964 até cerca de 1500-1700 escudos em Setembro de 74). À base desta superexploração o Abreu montou em cerca de dez anos uma fábrica nova completamente moderna, em Moreira de Cónegos, no valor de vários milhares de contos. Depois fez toda uma série de manobras para nos levar à falência: empregados, matéria-prima, certas reparações da fábrica nova, tudo era pago pela SOUSABREU; as máquinas mais modernas e as viaturas também foram levadas para lá; e muitas outras coisas.

Enfim não admira que com tudo isto o Abreu dissesse que a fábrica já não dava «lucro» e que portanto tinha que a fechar!

A 11 de Setembro o Abreu informou-nos que a fábrica ia fechar nesse dia por falência e que portanto estávamos todos despedidos e não pagava sequer as indemnizações nem as diferenças de salário em atraso (ele nunca pagou o SMN). Nesse mesmo dia, de facto, apareceu na fábrica com a polícia para nos pôr fora, mas nós, com o apoio de camaradas de outras fábricas, corremo-los, passando a ocupar a fábrica dia e noite. Dias depois eloge-

mos em assembleia geral uma comissão operária e resolvemos começar a produzir.

Ao princípio tivemos dificuldades de toda a espécie: desde o Abreu que nos tentou incendiar a fábrica, os clientes que se foram todos para a fábrica nova até aos boatos e calúnias que cairam sobre nós. Mesmo entre nós os problemas surgiram e todos os que estavam do lado do patrão foram-se embora. Camaradas de outras fábricas solidarizaram-se connosco recolhendo fundos (cerca de 35 contos). Também houve um único fornecedor que nunca nos recusou vender algo (todos os outros se recusaram, tentando boicotar a luta).

A 4 de Dezembro realizou-se uma reunião dos credores da SOUSABREU, a que fomos impedidos de assistir, onde eles decidiram decretar a falên-

cia. Nesse mesmo dia o Administrador de Falências do Tribunal veio cá para fechar e selar a fábrica. Uma vez mais não deixámos fechar a fábrica. Dias depois nova tentativa: desta vez o Adm. de Fal. trouxe com ele a polícia. Mas contra a nossa firmeza e união nada pôde o tribunal e a polícia e continuámos a trabalhar.

É assim a «justiça» capitalista: todos os direitos para capitalistas, nenhum direito para os trabalhadores! Quando eram os interesses dos operários que estavam em causa (na falência fraudolenta) o tribunal até hoje (e já lá vão cinco meses) não fez a mais pequena coisa para os defender. Quando estiveram em causa os interesses dos credores (capitalistas) — na falência decretada na reunião de credores — o tribunal logo no mesmo dia tomou medidas para defender esses interesses. E o tribunal tem provas que a nossa falência foi fraudolenta. E nada faz. Após estes acontecimentos, surge a solução: a Direcção do Sindicato faz um acordo com o tribunal e os credores para que durante três meses pudéssemos trabalhar e ao fim desse tempo a fábrica será leiload.

Que ganhámos com a nossa luta?

Em primeiro lugar não fomos para o desemprego. Não nos fomos juntar aos 200 000 desempregados que há. E o desemprego eram mais 30 famílias sem dinheiro para viver durante muitos meses. Se os capitalistas (e o governo) não conseguem (não querem) resolver os nossos problemas, então vamos nós resolvê-los. Todos nós, operários, unidos e organizados somos uma força que ninguém pode vencer.

Também com a nossa luta mostrámos que o Abreu fez uma falência fraudolenta. Nós provámos que a fábrica pode produzir. Quando ocupámos a fábrica havia 7 teares a trabalhar — hoje há 25; o salário era de cerca de 1500-1700 esc. — hoje é de 330000 para todos.

Hoje dentro da fábrica as coisas são diferentes. Todos trabalhamos para nós. Todos nos sentimos mais à vontade. Isto não quer dizer que não temos problemas. Mas se fomos todos a resolver não há problema que não se resolva. Aprendemos que só a união é que faz a nossa força.

Também aprendemos que a solidariedade não é uma palavra sem sentido para os operários: mas além da contribuição de operários de várias fábricas no início, hoje temos postos de venda das nossas toalhas no Porto (Massarelos, Miragaia, Sé, Madalena, Padrão) e em vários locais de trabalho, em Vale de Cambra e Coimbra. E sabemos que se não fosse esta solidariedade a nossa luta talvez já tivesse acabado. Só com a solidariedade de todos os trabalhadores podemos levar a nossa luta até ao fim.

Também aprendemos que todas as lutas dos explorados são a nossa luta. Sabemos que muito ganhamos e aprendemos com a nossa luta. E nada perdemos. Também sabemos que para continuar a produzir, a nossa luta tem de ser constante. E que não vai durar sempre. A autogestão é um perigo demasiado grande para todos os patrões (e capitalistas) para que estes a deixem continuar. Ela é um exemplo importante para todos os camaradas que em outras fábricas se vejam na mesma situação que nós.

Só unidos, organizados e solidários com todos os trabalhadores é que venceremos a nossa luta.

DEPOEM OS LEITORES

Torres Vedras — «Há cerca de ano e meio para cá que procuro a linha ideológica mais pura e verdadeira e que melhor sirva o Homem e o liberte de todas as formas de exploração (ideológica e física).

Após o 25 de Abril apareceram vários jornais que se dizem «revolucionários». Li-os e analisei-os.

(...) Todos eles demonstram um negativo sentido crítico, devido a considerarem certos dogmas intocáveis, e justificam acções anti-populares com esses dogmas... (...) Mas a leitura desses jornais serviu-me de alguma coisa pois, como se costuma dizer, «quando se zangam as comadres descobrem-se as verdades».

(...) Foi só em Janeiro que encontrei um jornal que é verdadeiramente revolucionário e progressista, que não se deixa fossilizar por dogmas intocáveis. Esse jornal é o vosso».

V. MATOS

SOLUÇÃO HABITAÇÃO

mos só tardes infantis. Temos passado filmes e depois feito coquinhos. Pedimos que venham para nos dizerem se estamos a fazer as coisas bem ou mal.

Um morador — Falaste ao princípio sobre as fossas, mas há mais lixo sem ser o das casas; há lixo por toda a parte.

A C.M. — Acho que devemos uma tarde destas mobilizar todo o pessoal e, juntos, limpar todo o Bairro. Porque se há lixo, as crianças brincam com ele e depois apanham doenças. Portanto vamos fazer o mais rapidamente possível uma limpeza ao bairro.

(Os moradores concordaram e ficou-se de marcar a data.)

Intervenção do grupo A. Cultural — No tempo do fascismo cada um roubava o que podia; agora temos que ser nós próprios a resolver os problemas. Portanto precisamos de União e de termos objectivos que todos compreendam. Hoje são os chafarizes e o esgoto. Mas o verdadeiro inimigo é a sociedade capitalista.

A FÁBRICA ARTEDU OCUPADA PELAS OPERÁRIAS

Das trabalhadoras da fábrica «Artedu», de Braga, recebemos o seguinte comunicado, com pedido de publicação:

«Artedu» é uma fábrica de confecções, situada junto à estação do caminho de ferro em Braga, com cerca de 30 trabalhadoras.

A fábrica encerrou hoje dia 5/2/75, e nós, as trabalhadoras lançadas no desemprego e a quem a empresa já há bastante tempo punha numa situação crítica, continuando a pagar os salários de miséria que não chegavam para enfrentar o custo de vida; recusando-se até esta data a pagar o salário mínimo Nacional e implantando o regime de trabalho a quatro dias por semana, o que agravou muito mais a nossa situação.

Em devido tempo e porque a continuação desta situação era insustentável, tentámos entrar em acordo com o patrão.

Não aceitaram nem quiseram cor; responder à nossa colaboração, e como resposta, encerraram a fábrica.

Acusam-nos agora de sermos as causadoras de a fábrica fechar! Mas como? A não ser que a nossa misérrima situação o tenha levado a isso. Nós,

que até ao fim tudo fizemos para que a fábrica não encerrasse; que nos sujeitámos a trabalhar nas condições que já referimos e só serviram para dificultar mais a nossa vida; talvez só não tivéssemos conseguido meter na cabeça do nosso patrão, que a vida é para todos e não só para alguns que até aqui viveram com a exploração de muitos outros e não conseguem convencer-se que os tempos mudaram um pouco e que o capital tem forçosamente de ser melhor repartido.

Perante esta situação, passámos a ocupar a fábrica (dia e noite) e trabalhamos no que ainda existia. Estamos dispostas a receber trabalho e confeccioná-lo, por isso, apelamos para o público em geral para, no caso de existirem encomendas de confecção, nos contactarem.

Não permitimos que seja retirado da fábrica o que quer que seja, enquanto não nos forem pagos todos os nossos direitos, e, se isto não se verificar até ao dia 12/2, iremos vender camisas, vestidos, matérias-primas etc., pois não nos podemos alimentar de máquinas e, de outra forma, não conseguimos viver, ou antes, sobreviver.

Pedimos o apoio de todos os trabalhadores para a nossa luta porque temos consciência que só unidos e lutando venceremos.



— De que o acusam?
— De delito de opinião.
— Quem, os espanhóis?
— Não, os russos.

AS «VANGUARDAS DO PROLETARIADO»

A designação genérica de Povo serviu, em 1789, para encobrir os antagonismos de interesses existentes entre os Terceiro e Quarto Estados, em proveito do primeiro. De igual modo a palavra Proletariado oculta hoje as divergências entre as classes trabalhadoras na sua acepção tradicional e as classes médias assalariadas que pretendem o exclusivo do poder através duma pretensa ditadura do «proletariado». Esta é na realidade uma ditadura sobre o proletariado, justificada com argumentos de ordem tecnoburocrática.

A multiplicação das «vanguardas da classe operária» que diariamente ocorre sob os nossos olhos tentou-nos a traduzir o seguinte texto de Cohn-Bendit, escrito poucas semanas depois dos acontecimentos de Maio 68. Foram especialmente visados, pela sua diversidade, os grupos trotskistas de então pois não surgira ainda a proliferação de grupos maosistas que caracteriza o momento presente. Com esta correcção, ou aditamento, o texto mantém toda a sua actualidade e sabor original.

«Superando as suas divergências, os grupúsculos podiam ter-se cotizado para publicar nos jornais de grande tiragem o seguinte anúncio hebdomadário:

Direcções revolucionárias procuram classe explorada, operária ou aparentada. Dirigir-se, à escolha do cliente, a uma das múltiplas secções da IV Internacional (aos nossos futuros patrões, que orientaremos, declaramos que as direcções declinam toda a sua responsabilidade quanto à eficiência porque, de há 50 anos e até à data, ainda não funcionam por falta de emprego, de mão-de-obra séria e de comando):

1) Organização comunista internacionalista (OCI), subproduto para estudantes CLER

transformado em FER; patrão — Lambert;

2) Partido comunista internacionalista (PCI), ramo juvenil (JCR), Frank;

3) Partido comunista revolucionário trotskista (reservado a adultos), Posadas;

4) Pablistas, ou grupo trotskista não filiado na IV Internacional;

5) União comunista internacionalista;

N. B. — A fim de evitar aparentes confusões lembramos aos interessados que podem referir-se a um só e único programa, «O programa de transição», editado por cada um dos grupos com capas originais.

6) Partido comunista marxista-leninista;

7) União das juventudes marxistas-leninistas (que se distinguem pelo modo de difusão do pequeno livro vermelho).

8) A organização ultra bolchevista, PCI bordiguista.

Nota da Redacção: pedimos desculpa ao leitor pela omissão involuntária de outras direcções revolucionárias, cujos representantes nos vieram já bater à porta (*).

Estas linhas jocosas não visam tanto as organizações como uma certa concepção revolucionária: leninista ou bolchevista. Concepção que parte duma incapacidade inata das classes trabalhadoras para se auto-organizarem e emanciparem com a consequente necessidade dum partido libertador comandado por intelectuais socialistas, oriundos da burguesia ou saídos da classe operária para um funcionarismo sindical ou político que representa, no fundo, uma passagem à classe média. Tal partido ergue-se a si mesmo em vanguarda, isto é, em representante único e legítimo, consciência e direcção da classe trabalhadora. E quando um tal partido diz ser esta classe a única revolucionária quer somente significar que ela é a classe manipu-

lável por excelência, dada a sua menoridade de facto.

Na realidade nunca um partido burguês teve a coragem de se afirmar vanguarda da burguesia. O vanguardismo é uma doutrina que visa realmente perpetuar a tutela da média burguesia, entendida como a classe tecnoburocrática, sobre o proletariado.

Para um libertário «a emancipação dos trabalhadores há-de ser obra dos mesmos trabalhadores» e militância significa simplesmente um papel dinamizador e coordenador que não confere a quem o exerce quaisquer direitos ou poderes especiais, qualquer carácter transcendente. Trata-se de assumir um dever e não de adquirir um poder.

(*) Cohn-Bendit, em «O esquerdismo, remédio à doença senil do comunismo».

UM REFUGIADO ESPANHOL FOI ENTREGUE À GUARDA CIVIL

Como é possível que as guardas fronteiriças ainda não estejam suficientemente instruídas das leis internacionais, do procedimento de harmonia com as leis de humanidade, e que um guarda qualquer decida entregar um refugiado às autoridades fascistas espanholas, como se ainda governasse o país Caetano e acólitos?

Tal atentado, tal crime dizemos mesmo, dum guarda que decide tão insensatamente, senão perversamente, não pode ficar impune, e naturalmente

pelo que implica em gravidade, corresponde a um crime contra pessoas.

Perguntamos se o Ministério dos Negócios Estrangeiros não intervém junto do Governo espanhol corrigindo o delito do guarda e garantindo a liberdade do jovem refugiado?

Mas será possível que tal caso se tenha dado? E já se tomaram providências para que em Portugal não continuem os crimes que se perpetraram contra quantos procuravam o abrigo do nosso país?

O SINDICATO DOS QUÍMICOS NOVAMENTE EM FOCO

(Continuação da página 5)

eleita, e doutro o grupo terrorista que tem por trás o mesmo maestro que dirigiu o escandaloso processo que pretendia impedir a integração dos plásticos nos químicos.

Quando o sr. Ministro, no seu despacho, afirma que «a questão tem sido trazida ao terreno político, em clara infração aos princípios de isenção partidária da vida sindical», o sr. Ministro sabe perfeitamente que, como aliás dizem os programas culturais do M.F.A., tudo é político nesta vida... Quanto a aspectos partidários, não foi a Direcção dos Químicos que peijou o Ministério do Trabalho de membros do partido cunhalista, aos quais desenvolvemos as acusações de anticomunismo. Se o sr. Ministro é partidário da isenção partidária, não tem mais que remodelar completamente o seu ministério. Quanto ao facto de algum dirigente de qualquer sindicato ser membro deste ou daquele partido político, isso diz respeito exclusivamente aos sócios que o elegeram não en-

contrando contradição entre a posição política desse dirigente e a sua posição sindical. Permitimo-nos lembrar ao sr. Ministro do Trabalho que os princípios da «apoliticidade» que nos pretende impor com o seu despacho coincidem inteiramente com os do extinto Ministério das Corporações. Procure o sr. Ministro aí nos arquivos e lá encontrará idênticas observações do nosso «assistente» corporativo. Como quer o sr. Ministro que o nosso Sindicato não se misture com política se ele é vítima de agressões (ideológicas e físicas...) orquestradas por um partido político, agressões que vão desde a sabotagem de assembleias até à tentativa de assalto às suas instalações, passando pelas escutas telefónicas?! Para nós, sr. Ministro, falar-nos de «apoliticidade» nestas circunstâncias é lançar-nos poeira para os olhos.

Quando o sr. Ministro, no seu despacho, afirma haver «queixas de trabalhadores» segundo as quais a sede do Sindicato estaria a «servir de base a trabalhos políticos», acrescentando

«o que, contudo, não foi provado», o sr. Ministro sabe perfeitamente que não está a ser isento mas sim a ser porta-voz oficial dos caluniadores, não podendo afirmar mas insinuando aquilo que eles pretendem fazer constar para a desprestigiarem a Direcção. Acusações deste teor eram o prato forte da Pide e como provocações eram tomadas pelas associações democráticas que foram fortalezas de resistência antifascista. Como provocações também nós as tomamos.

Quanto àquilo que o sr. Ministro, «tudo ponderando», determinou, a Direcção do Sindicato Operário das Indústrias Químicas de Lisboa tem a afirmar o seguinte:

1— O Sindicato Operário das Indústrias Químicas de Lisboa é propriedade dos seus membros e não do Ministério do Trabalho. O nosso Sindicato é uma organização da classe operária e não um organismo do Estado, um organismo corporativo. Daqui inferimos que ele é e será dirigido pelos seus corpos gerentes, democraticamente eleitos, e não pelo Ministério do Trabalho. O nosso Sindicato representa os interesses do Trabalho e opõe-se aos interesses do Capital. A única coisa que o nosso Sindicato espera do Estado é o respeito pelas liberdades democráticas em geral, pelas liberdades sindicais em particular, nomeadamente pelo respeito pelo direito de associação. Absolutamente mais nada.

2— A Direcção aproveita a sugestão do sr. Ministro para realizar eleições no dia 9 de Março, o que até estava dentro das nossas intenções, e tinha sido tornado público. Entretanto, aproveitamos a ocasião para lembrar ao sr. Ministro que a convocação de assembleias do nosso Sindicato, como outros actos da vida associativa, é da competência dos seus órgãos eleitos, neste caso do Presidente da Mesa da Assembleia, e não do sr. Ministro.

3— A Direcção considera uma violação da liberdade de associação o envio para as suas instalações de dois funcionários do Ministério do Trabalho com papel de polícias, tal como considerou, em Fevereiro de 1974, quando o ministro fascista das Corporações Silva Pinto, enviou igual número de polícias. Só com a diferença de que os funcionários de V.ª Excelência foram mais longe do que os próprios pides, que vasculharam o Sindicato sem contudo terem exigido as chaves, como estes o fizeram. O sr. Ministro deve, pois, dar ordem aos seus funcionários para que se retirem imediatamente das nossas instalações.

Sr. Ministro,

Enquanto permanecer nas funções para que foi eleito, a Direcção do Sindicato Operário das Indústrias Químicas de Lisboa manter-se-á fiel na defesa dos princípios que defendeu ao ser eleito: independência do Sindicato em relação ao Estado, o que é dizer independência em relação ao Capital em sistema capitalista; defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores, sindicalismo de classe, contra os fura-greves do sindicalismo amarelo.

Pelas liberdades democráticas, contra a intervenção do Estado nos Sindicatos.

RODOLFO ROCKER

A Direcção

A BATALHA
ALFARQUE

O PAPEL DOS SINDICATOS NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

(Continuação da página 2)

produtores para impedirem o nascimento do espírito corporativo. Em caso de perturbações sociais, esses organismos asseguram a cooperação solidária de todo o conjunto local dos trabalhadores organizados. Todas as bolsas do trabalho são agrupadas segundo os seus distritos e regiões para formar a federação nacional que mantém o contacto permanente entre os corpos locais, organiza a livre repartição do trabalho produtivo das diferentes organizações por vias cooperativas, assegura a necessária coordenação no trabalho de educação dos grupos locais.

Cada sindicato está ainda unido com todas as organizações da mesma indústria, e igualmente com todos os sindicatos similares, para que tudo seja combinado em alianças gerais da indústria e da agricultura.

É sua missão intervir nos conflitos diários entre o capital e o trabalho e coordenar todas as forças do movimento para uma acção comum quando for necessário. Assim a federação das bolsas do trabalho e as federações de indústria constituem os dois pólos entre os quais se desenvolve a vida inteira dos sindicatos operários.

Uma tal forma de organização não dá somente aos trabalhadores todas as oportunidades de acção directa na luta pelo pão quotidiano, mas dá-lhes também, com os preliminares necessários da reorganização da sociedade, a sua própria força, sem intervenções alienantes em caso de crise revolucionária. Os anarco-sindicalistas estão convencidos de que uma ordem económica socialista não pode ser criada por decreto dum governo qualquer, mas somente pela colaboração sem restrições dos trabalhadores, técnicos e camponeses chamando a si a gestão da produção e da distribuição, no interesse da comunidade e na base de convenções mútuas. Numa tal situação as bolsas do trabalho tomariam conta da administração do capital social existente em cada comunidade, determinar as necessidades dos habitantes nas suas regiões e organizariam o consumo local.

Por intermédio das bolsas do trabalho seria possível calcular o total das necessidades do país inteiro e harmonizar com essas necessidades o trabalho produtivo. Por outro lado, caberia às federações de indústria e da agricultura controlar todos os instrumentos de produção, transportes, etc., e fornecer aos

diferentes grupos de produção o que estes necessitam.

Numa palavra:

1.º — Organização da produção total do país pelas federações de indústria e direcção do trabalho por comissões eleitas pelos próprios trabalhadores;

2.º — Organização da contribuição social pela federação das bolsas do trabalho.

Nesta ordem de ideias a experiência prática deu o melhor exemplo. Mostrou que os numerosos problemas duma reconstrução socialista da sociedade não podem ser resolvidos por um governo, mesmo quando seja a famosa ditadura do proletariado. Na U.R.S.S. a ditadura bolchevista encontrou-se desamparada durante quase dois anos em face dos problemas económicos e tentou superar a sua incapacidade sob uma onda de ordens e decretos, a maior parte dos quais ficaram enterrados nas diferentes repartições. Se o mundo pudesse ser libertado por decretos não teria havido nenhum problema na U.R.S.S. Pelo seu fanatismo do poder, o bolchevismo destruiu violentamente os órgãos mais válidos da construção do socialismo, suprimindo as sociedades coo-

perativas, submetendo os sindicatos ao controlo do Estado e privando, desde o primeiro dia, os soviets da sua independência. Assim, a ditadura do proletariado preparava o caminho não para uma sociedade socialista, mas para o tipo mais primitivo de capitalismo de Estado burocrático e para o regresso do absolutismo político, abolido na maior parte dos países pelas revoluções burguesas.

Na sua «Mensagem aos trabalhadores dos países da Europa Ocidental», Kropotkine dizia, com razão:

«A Rússia mostrou-nos a maneira como o socialismo não pode ser realizado, embora o povo, desgostoso do antigo regime, não exprima nenhuma resistência activa às experiências do novo governo. A ideia dos conselhos operários para o controlo da vida económica e política do país é em si duma extraordinária importância... mas enquanto o país for dominado pela ditadura de um partido, os conselhos operários e camponeses perdem naturalmente o seu significado. São relegados para o mesmo papel passivo que os representantes dos Estados tinham no tempo da Monarquia absoluta.»

O PARTIDO DA DEMOCRACIA CRISTÃ NÃO ENGANA NINGUÉM...

Um dos aspectos mais curiosos da chamada actual conjuntura política, é a desentredada demagogia que os partidos políticos dão mostras, empregando uma fraseologia, que contunde e deturpa.

Todos, ou quase todos, se dizem socialistas, democratas, populares e anti-facistas e partidários do comunismo há pelo menos meia dúzia.

Mas há um, que embora se dizendo também democrata, fala claro e sem ambiguidades, trata-se do Partido da Democracia Cristã, que no acto do pedido de legalização, pela voz de um seu representante informa: «O Partido da Democracia Cristã, na linha do processo democrático em curso, que se pretende que seja revolucionário, defende intransigentemente, numa linha cristã, a democracia em liberdade».

Preconizando um Estado Social de Direito jamais transigirá perante o desrespeito à lei, à autoridade, à ordem. (O sublinhado é nosso). Procura deste modo a harmonia social possível no respeito de todos por todos. Com efeito, uma sociedade sem lei, não é um país, mas uma selva, um estado anárquico, onde impera a força bruta dos instintos e não a da inteligência comandada».

Onde ouvimos já, anteriormente estas palavras? Estes apelos à autoridade e à ordem? E anda tanta gente neste país, procurando a reacção, o fascismo, tão longe, não dando por eles tão próximos!

A ORDEM DOS ADVOGADOS INTERROGA-SE...

Num comunicado do Conselho Geral da Ordem, a certa altura afirma-se: «Esta institucionalização do anti-direito não deixará de conduzir a uma irreversível crise, que destruirá as alicerces da sociedade aberta e livre a que o processo revolucionário em curso poderá saudavelmente conduzir».

Mas existirá de facto uma sociedade de direito, tomando esta, como significando uma sociedade assente na justiça e na fraternidade? Poderá existir uma sociedade de direito, quando os homens estão divididos em classes?

Para nós, libertários, a sociedade aberta e livre passa, exactamente, pela contestação das actuais normas do direito, pois eles são o produto da sociedade de classes, da hierarquia e da autoridade. Muito

«A VOZ ANARQUISTA»

Iniciou a sua publicação «A Voz Anarquista» editada pelos camaradas do grupo da MLP de Almada, sendo Francisco Quintal o seu director.

Apresenta-se com seis páginas de texto, marcando assim a presença do anarquismo na imprensa e na vultuosa actividade publicitária de todos os tempos.

«A Voz Anarquista» tem uma grande missão de esclarecimento e a desbravar o denso nevoeiro de ideias totalitárias que deformaram e adulteraram todo o valor emancipador do Socialismo, a interpretação social-democrata que o confundiu com o próprio Capitalismo e dinamizar as potencialidades criadoras das ideias e métodos libertários.

É chique, é moda, mas é também estrabismo político, de se usar hoje anarquismo e anarquia como sinónimos de desordem e de impotência atribulária. Em alguns é acinte contra o ideário anarquista que alimenta em profundidade as ansiedades criadoras do anti-totalitarismo.

Será este caminho a desbravar que o nosso camarada «A Voz Anarquista» tem de sustentar.

O seu endereço é: Apartado 52 — Almada.

Encontra-se à venda na nossa sede.

A BATALHA

gostaríamos portanto que fosse verdade essa tal institucionalização do anti-direito, só nos escombros deste direito surgirão novas normas de convivência humana, não baseadas nas leis impostas, mas nos factos, normas de convivência e acordos livremente estabelecidos.

O SR. MINISTRO A DISTRIBUIR MANIFESTOS...

Mário Soares, chefe do partido Socialista, ministro dos Negócios Estrangeiros, caixeiro viajante do Governo Provisório, desceu à rua e andou a distribuir manifestos no Rossio, pelos cafés, para a convocação do último comício realizado pelo P. S. no Campo Pequeno. Mário Soares, sabe bem que a campanha eleitoral já começou e adopta os métodos americanos do aperto de mão e da palmadinha nas costas, aliás em Portugal, a oferta noutros tempos, aos possíveis eleitores, do carneiro com batatas era uso e costume.

Que grande pássaro nos saiu este socialista, ao lado dele, coitado do Cunhal, esteve tanto tempo guardado em naltalinal Na Rússia tudo vota sem palmadinhas.

AINDA O 18 DE JANEIRO DE 1934

Do jornal Fronteira, órgão do LUAR, sem comentários retiramos estas palavras de um artigo intitulado 18 de Janeiro-A verdade e os Mitos: «Mais tarde Bento Gonçalves, então a figura máxima do Partido Comunis-

ta, diria que o 18 de Janeiro de 1934 fora «uma pura anarquia», uma coisa «pura simplesmente ridícula». Sem dúvida que houve muito idealismo, muita improvisação, muita indisciplina. Mas terá havido apenas isso? Como explicar as detenções — todas elas por denúncia — dos chefes da C.G. T.? Como explicar as imprevidências da tarde e da noite de 17 de Janeiro — nenhuma delas praticadas por anarco-sindicalistas? Como explicar a linha telefónica esquecida na Marinha Grande?»

A BOA NOVA DA IGREJA...

Muitas católicas parece que não gostaram nada do que João Benard da Costa escreveu no Expresso a propósito da Igreja meter a «colherada» no problema da unicidade/unidade.

Vem então uma senhora que no Expresso, também, diz-nos isto: «A Igreja tem como missão dar a boa-nova aos pobres, a libertação dos oprimidos e comunicar a esperança aos que sofrem. A Igreja não escolhe pobres, nem oprimidos, nem sofrendores, tem o dever de se solidarizar com todos os homens sobretudo com aqueles que agora e aqui sejam desrespeitados nos seus direitos fundamentais».

Assim, é que está certo! Os ricos e os pobres metidos no mesmo saco, nem uns filhos nem os outros enteados, todos iguais, os de barriga cheia e os de barriga vazia, PIDES e os torturados pela PIDE, etc., etc.

REFORMADOS DA PREVIDÊNCIA

Da Comissão Organizadora e Directiva da União dos Pensionistas da Previdência, recebemos o seguinte comunicado:

1. Noticiaram os jornais diários dos dias 10 e 11 de Janeiro último que iam ser actualizadas pelo Governo as pensões de reforma da Previdência, divulgando simultaneamente os quantitativos fixados pela portaria n.º 865/74 para essa actualização, com os aumentos de 1300\$00, 1150\$00 e 1000\$00, para as especificadas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 da norma II daquela portaria.

2. A forma confusa (ou demasiadamente técnica para exclusivo serviço da Caixa Nacional de Pensões) como foi redigida aquela norma II veio, desde logo, criar perante a imensa maioria de reformados e pensionistas um clima de crença num aumento das pensões da ordem das importâncias acima referidas — o que, além de induzir em erro de verdadeira interpretação a opinião pública do País, redundou numa grande desilusão para os reformados quando receberam as suas pensões nas agências bancárias, pelo que não puderam esconder o seu descontentamento e o seu protesto, pois verificaram-se aumentos somente entre 10\$00 e 400\$00, sendo da ordem deste último quantitativo o máximo de aumento que nos foi dado conhecer...

Efectivamente, analisando o conteúdo da norma II, logo no seu n.º 1 lê-se: «São actualizadas (...) as pensões de invalidez e velhice iniciadas antes de 1 de Janeiro de 1974, servindo de base a essa actualização os valores em vigor em 31 de Dezembro de 1974». Daí a desilusão...

3. Não se atentou, porém, na limitativa redacção do n.º 3 da aludida norma II, que diz: «...incluindo-se nestas (nas importâncias do aumento: 1300\$00, 1150\$00 e 1000\$00) o valor das melhorias concedidas a partir de Janeiro de 1974...». Ninguém seria capaz de supor que nestes aumentos de agora estavam incluídos os valores das melhorias já concedidas: pelo Governo derrubado em 25 de Abril (em 1 de Janeiro de 1974) e pelo primeiro Governo Provisório (através do Decreto-Lei n.º 217/74, de 27 de Maio).

Em face destas disparidades: subsistindo dúvidas quanto à fidelidade de critérios seguidos para os cálculos dos valores das pensões agora pagas; julgando que a portaria n.º 865/74 não foi interpretada nem executada conforme o espírito de justiça social; não se conformando esta Associação com os exíguos e discriminatórios au-

mentos das pensões ora processados e interpretando o sentir e a razão e o direito de sobreviver dos 250 000 reformados e pensionistas da Previdência, a União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social reclama do Ministério competente:

— que seja imediatamente suspensa a portaria n.º 865/74, fazendo-se a sua urgente revisão em bases mais justas e humanas, com respeito pela Convenção dos Direitos do Homem a que Portugal aderiu pela voz do Presidente da República na ONU e também pelos princípios expressos no programa do Movimento das Forças Armadas.

APELO AOS DESERTORES ANTICOLONIALISTAS

Assinado pelos signatários da Carta-Aberta ao Estado-Maior General das Forças Armadas, recebemos com pedido de publicação o seguinte apelo aos desertores, refractários e anticolonialistas:

Considerando:

1.º — que o processo de descolonização está praticamente terminado;

PUBLICAÇÕES

MUJERES LIBRES — Órgão da Federação das Mulheres de Espanha no Exílio, com interessante colaboração literária e doutrinária.

RIVISTA ANARCHICA — Itália — Número dedicado à luta revolucionária em Espanha e à organização dos conselhos de fábrica.

O SINDICALISTA — Órgão dos trabalhadores portugueses filiados nos Sindicatos Cristãos do Luxemburgo.

L'HUMANISME LIBERTAIRE — Revista de estudos sociológicos.

UP AGAINST THE LAW — Magazine inglês bi-mensal que fornece informações práticas sobre legislação, meios de luta contra arbitrariedades policiais, patronais e outras.

AGARRE QUANTO ANTES O SEU AGENTE DA CIA

São frequentes na imprensa brasileira as insinuações de que se estaria tramando a chilenização do regime português. Face ao namoro com Mosovo, o avanço das esquerdas, as dificuldades que o governo americano teria em negociar suas bases militares e a criação de um regime que contraria os interesses económicos, políticos e estratégicos de Washington, os movimentos iniciais estariam se processando.

A afirmativa do presidente Gerald Ford de que os Estados Unidos têm o direito a certas formas de intervenção nos assuntos internos de governos estrangeiros, a passagem de Vernon Walters por Lisboa e a presença de cem agentes da Central Intelligence Agency já sediados em território lusitano são os sinais sugestivos da tempestade que se avizinha.

John D. Marks, um dos autores do livro *A Cia e o Culto da Inteligência*, em entrevista ao New York Times, fornece algumas sugestões práticas para evitar a infiltração dos agentes da subversão americana.

A primeira providência seria o de advertir formalmente os E. U. A. de que não seriam tolerados os agentes da CIA sob pena de rompimento de relações diplomáticas. A segunda seria a descoberta dos agentes e essa tarefa é facilitada pelo facto de 25% dos que trabalham para o Departamento de Estado estarem ao serviço da CIA. Para distingui-los dos verdadeiros diplomatas é suficiente consultar as publicações oficiais americanas: «Foreign Service List» e a «Biographic Register». Os funcionários que têm longo tempo de serviço em ocupações vagas como «political analyst», «Department of Army» ou os que apresentam «lapsos» na sua folha de serviço são os mais suspeitos.

Nos serviços de inteligência das Forças Armadas eles são facilmente identificáveis. Nos

países em que não há tropas americanas estacionadas eles são denominados de «defense attaches» — adidos militares. Há também o grupo mais difícil de ser descoberto que são os negociantes ou funcionários de empresas americanas; jornalistas, missionários e estudantes. O escritor sugere que os governos ameacem as companhias americanas de nacionalização no caso de darem cobertura aos agentes da Cia.

Duvidamos da total eficiência dessas medidas, entretanto homem prevenido vale por dois.

Para lembrar, a CIA foi criada por Harry Truman em 1947. Em 1953 foi modificada por Allen Dulles que a dirigiu por 11 anos, no sentido de funcionar como instrumento clandestino para atingir objectivos da política exterior.

Seu actual director William Colby admitiu a participação directa da CIA na queda de Allende. Por outro lado são conhecidas através dos Documentos do Pentágono o programa Fenix da agência que objectivava a eliminação literal de todos os opositores do governo do Vietname do Sul. O actual embaixador no Irão é um ex-director da CIA, Richard Holms. A lista de actuação da agência é enorme: Guatemala, Cuba (invasão da Baía dos Porcos), Congo, Tibet, São Domingos, Chile etc.

Portanto e antes que seja tarde, agarre o seu agente da CIA.

ZÉ DE BRASÍLIA

A ACÇÃO DOS TRABALHADORES DA GRÃO-PARÁ

Outra das grandes empresas e dos grandes empresários criados e impantes à sombra do regabofe fascista.

De tal maneira que num comunicado dos trabalhadores que ocupam os locais de trabalho desde Dezembro passado em que descrevem o que tem sido a sua luta, verificam também que a Comissão de Inquérito nomeada já averiguou inúmeras fraudes e contudo pediu um prolongamento de prazo por «não ter sido possível averiguar de forma cabal a situação real».

Apesar disso, as contas bancárias pessoais dos administradores ainda não foram congeladas, e continuando a dispor delas ainda nesta altura é naturalmente um incentivo a dar-lhe fuga para que não reste maneira de recuperar ou indemnizar o que fôr caso disso.

Os problemas dos trabalhadores continuam por resolver, e como relatam, ainda não foram pagos os salários de Janeiro, nem há garantia para os de Fevereiro.

Deste facto, comenta o comunicado, não está assegurada a gestão da empresa, e denuncia as intervenções de administradores ausentes no estrangeiro em contacto com entidades oficiais para se apresentarem como vítimas. Terminam por apelar para o «apoio responsável dos trabalhadores, dos sindicatos e dos sectores progressistas».

APELAMOS para todos os desertores, refractários e anticolonialistas, quer em Portugal, quer no estrangeiro, a manifestarem-se nos órgãos de informação com o fim de contribuirem para uma discussão mais pública, mais clarificadora, do problema da deserção e refracção.

ANARQUISMO E COMUNISMO ATRAVÉS DA HISTÓRIA

Até que ponto a ideia anárquica é uma aspiração profundamente inata ao homem, é demonstrado pelo facto de que, para a sua existência e reavivação, não tem, ao contrário de todas as outras ideologias sociais, necessitado de um elo contínuo. Existe, não devido à herança de uma tradição expressa, nem tão pouco as suas sementes foram propagadas através de gerações, desabrochando esporadicamente aqui e ali.

Sem dúvida que todo e qualquer homem, em qualquer época, tem em si latente o impulso libertário. Mas a repressão dos impulsos e da sua verdadeira natureza, em geral, trouxe como consequência, que a expressão e cultura anárquicas não puderam formar uma corrente ininterrupta. Muitas vezes foi mais fácil ao homem afirmar-se pela autoridade, do que pela sua ausência, pois que, do cimo do púlpito, pela pena de intelectuais falaciosos, ou se qualquer destes modos não surtisse efeito, pelo açoite ou pelo patíbulo, lhe foi sempre proporcionada a demonstração da sua inferioridade e dependência.

Ainda que mais ou menos detectável em todas as eras da História, verifica-se que, para regiões e povos tomados particularmente, grandes lapsos de tempo por vezes decorreram sem qualquer suporte de transmissão, a não ser o campo das surdas aspirações, dos sonhos.

Por isso o anarquismo é sempre uma ideia redescoberta. E com a plena força e impacto das ideias verdadeiramente novas.

Mesmo que a revolta contra as formas praticadas de autoridade seja permanente ao longo da existência da sociedade humana, ela não traz implícita necessariamente a ideia anárquica, uma vez que tal revolta, mais

frequentemente, contesta só a forma de autoridade, não esta na sua essência. Propõe, em resumo, a reforma da autoridade, não a sua abolição.

Por outro lado, é evidente que não é possível encontrar a autoridade que não violente o homem, pois que a sua aceitação nasce do reconhecimento (induzido) da superioridade de um indivíduo, ou de uma elite, o que é o mesmo que o reconhecimento da inferioridade do próprio indivíduo que aceita tal autoridade. Considerando que a anarquia só é viável e se destina a um conjunto de indivíduos iguais e autônomos, então é forçoso reconhecer que o homem consciente da própria inferioridade, não tem lugar nesta sociedade comunitária.

Foi o facto de todas as ideologias correntes, hoje aceites, terem sido transmitidas e constituírem um processo contínuo, durante séculos e milénios, que causou às sociedades estragos de grande monta; com o tempo

acabaram por se constituir em preconceito dogmático. Mesmo aquelas doutrinas, que só na História contemporânea encontraram largos campos de realização, podem ser traçadas desde tempos muito remotos, contrário a ideias geralmente prevalecentes.

É o caso da ideia comunista, quando não nas formas hoje adoptadas, pelo menos em aspectos parcelares, condicionados pelas circunstâncias do conhecimento e riqueza material do momento em que ocorrem. Mas se considerarmos os movimentos comunistas mais consequentes e profundos, eles mostram que as diferenças existentes são apenas circunstanciais e secundárias, comparadas com a aspiração comunista contemporânea.

Com certeza que a ideia comunista se perde no passado da História do Homem, até porque foi um estágio primitivo da sociedade humana. Só a sua codificação se pode considerar recente.

As ideias expressas na «República» de Platão, não constituem certamente uma maquinação extemporânea, são antes já um esboço, algo inviável, mas com a devida parte na opinião histórica e social do seu tempo.

Plutarco retrata-nos de um modo exaltante a vida e luta de Tibério Gracus, e a sua profunda determinação de, através de uma justa e desejada reforma agrária, modificar o contexto e relação de forças da sociedade romana de então.

Muitos e de diversos historiadores são os relatos sobre os costumes e comportamento sociais de vários povos europeus contemporâneos do império romano. É possível verificar através desses relatos desinteressados, que várias civilizações chamadas «bárbaras», foram edificadas sobre a prática da distribuição equalitária.

No Extremo Oriente, antigos sistemas filosóficos implicaram a ideia libertária. O ideal de integração na Unidade Cômica, comum à doutrina Bráhmica, na Índia, e ao Taoísmo chinês, entre outros, dimensiona o Homem como um ser igual, entre coisas e seres iguais. Igual ao Cosmos, e dele não se diferenciando.

Kropotkine emitiu idêntico parecer, ao reconhecer imbuído de anarquismo, o pensador Lao-Tzu, marco proeminente do Taoísmo.

Toda a História da Idade Média posterior é profusa em acontecimentos, frequentemente de grande amplitude, tendentes à moralização da repartição da produção e da riqueza. Revoltas camponesas alastraram por toda a Europa, entre os séculos XI e XVI. Muitas destas rebentaram em guerras violentas. Em 1525 a maior destas revoltas pôs a Alemanha a ferro e fogo, e ficou conhecida como a Grande Guerra Camponesa Alemã. Algumas das partes integrantes destas revoltas, seguiam inspiração anárquica e, quase sempre, de elevado misticismo.

A crença no «Milénio», período em que, segundo alguns textos bíblicos e profecias de aráculos, um redentor viria instalar na Terra a justiça, paz, igualdade e abundância, fornecia o fervor místico de tais movimentos. Mas as massas camponesas e operárias, sobrecarregadas de tarefas e impostos, arrastando-se no limiar da sobrevivência, muitas vezes acharam que o advento desse período de alívio, deveria começar pela revolta e luta contra a podridão da Igreja e domínio da Nobreza.

As aspirações espirituais juntavam-se desde o início, portanto, finalidades políticas, e tanto mais que estes fenómenos surgiam, na maioria, com a deterioração das já más condições



«Se houver por detrás de ti alguns milhares de pessoas que te protejam, tu e elas formarão uma potência importante e facilmente obterás a vitória. Mas com uma condição: as relações entre ti e os outros devem ser voluntárias e livres, constantemente rescindíveis»

STIRNER



de vida, causada por secas, fomes, pestes e guerras.

Numerosíssimas seitas surgiram e, ainda que cruelmente perseguidas, as suas doutrinas estabeleceram-se com firmeza, em vários pontos da Europa e, em alguns casos, durante séculos. Devido à vastidão geográfica e ao lapso de tempo que preencheram, as doutrinas eram susceptíveis de apresentar variações, porém, a essência mantinha-se.

Entre as mais chegadas ao anarquismo e ao anarco-comunismo e (não por simples coincidência), também as mais marcantes, surgem as dos adeptos do Espírito Livre, Hussitas, Taboritas e Anabaptistas.

Revolucionários como Thomas Muenzer, deram a sua vida, lutando por causas que, ainda hoje, se podem considerar avançadas. Ainda que envolvendo-se no saneamento da Igreja, Thomas Muenzer era panteísta e, não raro locava o puro ateísmo.

Em 1515 Thomas More, em Inglaterra, escreveu e publicou a sua famosa Utopia, que geralmente é tida como a obra que primeiro expressou com clareza a totalidade da grande aspiração comunista.

Passando rapidamente pelo século XVII, em Inglaterra, com grandes convulsões sociais, a revolução francesa do século XVIII, precedida das obras dos enciclopedistas e, principalmente de Rousseau, foi encerrada com um último grito comunista — a conspiração de Babeuf, infelizmente abortada.

A grande consciencialização comunista de massas ocorre no século XIX, em toda a Europa. Resulta em movimentos contínuos e revoluções violentas, esporádicas e breves, mas bastante representativas, como a Comuna de Paris de 1871, que conduziram já no século XX à implantação dos primeiros estados comunistas de duração apreciável.

Infelizmente o comunismo de feição humana demonstrou ser a longo prazo inviável, num mundo não totalmente comunizado. Os povos que o atingiram

não lograram manter-lhe a pureza de intenções, talvez devido ao esforço de competição económica e militar, com o bloco não comunista, o que obrigou a enveredar por caminhos cada vez mais totalitários, repressivos e exploradores do trabalho do homem. Além disso, também os seus «leaders» nem sempre compreenderam que, no fundo de todas as hipóteses sociais, está o Homem, entidade inalienável. Como demonstração, veja-se o esmagamento do Movimento Anarquista da Ucrânia, desmembramento do Exército Insurreccional de Makhno, pelos Bolchevistas e, mais tarde a infâmia contra os operários e marinheiros de Cronstadt.

É oportuno notar que, verdadeiramente, acabou por sobreviver algo muito diferente do comunismo a que inicialmente se aspirou.

Na época actual, o Anarquismo parece ganhar de novo incremento, ao que não é estranho um mundo asfáltico, em que o Homem se sente mais e mais submerso.

A guerra civil espanhola deixou-nos grandes lições, e não foi certamente no espaço de uma geração que o seu ideal foi esquecido.

Muitos sistemas sociais classificados de recentes, são a herança de uma tradição prática, ou, pelo menos, teórica. De recente só têm o nome por que hoje são designados e, em muitos, a sua codificação, que não é mais que uma forma de fossilização.

Só o Anarquismo germina sempre de novo, porque é um verdadeiro instinto, infelizmente com frequência reprimido pela frieza de uma razão pseudo-lógica.

Porque é instinto compreender-se-á atendendo à afirmação Darwiniana de que os instintos são hábitos longamente exercidos e assimilados. O Homem viveu imensamente mais tempo numa condição social anárquica, que em qualquer outro dos sistemas conhecidos. Por isso e pelos seus antecedentes históricos a Anarquia tem que ser reconhecida como viável.

JORGE LUCAS

Editorial

(Continuação da página 1)

num verdadeiro processo revolucionário para o socialismo.

O Presidente da República ao marcar oficialmente a data das eleições parece encerrar, uma via de escada que continua a ser procurada. Será talvez o caminho forçado que nos ajude a esclarecer a correlação de forças em presença no acto eleitoral e depois das Constituintes que delas resultarem.

Assinalando a importância do acto político das eleições, o Presidente aludiu ao utopismo de uns e à demagogia de outros que de nenhum modo devem perturbar o acto de que em seu entender resultará a democracia.

Atentos às realidades do momento, devemos procurar que se consolidem todas as posições concorrentes para uma democracia directa, sem totalitarismos nem demagogias, que assegure as liberdades fundamentais, aproveitando o amplo desenvolvimento do potencial sindicalista, sem alienações, para poder dominar qualquer regressão totalitária tanto das direitas como das esquerdas, e também o realismo calculista de forças que ainda perduram e o utopismo duma revolução que se exalta mas que não se deseja para além da conquista do poder.

Nós trabalhadores devemos estar atentos, e sem abdicarmos da nossa independência, marcarmos em cada circunstância posição clara e sem perniciosas intransigências ajudarmos as forças em presença que melhor possam garantir, no desenvolvimento revolucionário, as conquistas económicas e políticas fundamentais.

AVENÇA

A BATALHA

A BATALHA